

# **Dívida externa, "questão liquidada".**

Apesar da resistência de alguns "bancos pequenos", a renegociação da dívida externa brasileira, envolvendo US\$ 31 bilhões, é "negócio liquidado", assegurou ontem em Brasília o presidente do Banco Central, Fernando Bracher. Ele adiantou que o plano conta com a adesão de cerca de 800 bancos (95% dos credores, segundo Bracher), restando aos demais acatar a decisão. Ele informou que, finalmente, foi superada a resistência de três bancos japoneses — o Industrial Bank of Japan, o LBC e o Nipon Banks — que faziam objeções quanto às taxas de juros.

O acordo será fechado no próximo dia 5, na sede do Comitê de Assessoramento, em Nova York, sem qualquer solenidade. O "pacote" de reescalonamento, a ser amarrado, portanto, depois de amanhã, é composto por quatro partes. A primeira, de US\$ 6,1 bilhões, engloba as amortizações vencidas e não pagas em 1985, que estão depositadas em cruzados, no Banco Central, em conta bloqueada em nome dos bancos estrangeiros. A segunda soma US\$ 9,6 bilhões do principal da dívida externa que vencem este ano. As duas últimas, créditos interbancários e comerciais, representam um total de US\$ 15,7 bilhões.

Enquanto renegocia com seus credores, o Brasil também refaz os cálculos de outra dívida, porém na qual ele é o credor. Discute como será pago o US\$ 1,8 bilhão que a Polônia lhe deve, anunciou ontem o porta-voz do Itamaraty, Ruy Nogueira. A segunda rodada de negociações será entre os próximos dias 15 e 19 (a primeira foi em maio passado). E, em outubro, deve vir ao Brasil o ministro das Finanças da Polônia, para assinar o acordo de reescalonamento.

O chefe da segunda missão polonesa, segundo previsão do Itamaraty, deve ser um dos diretores do Handlowy Bank, o mesmo que assinou com o Brasil as promissórias não resgatadas por falta de fundos, as "polonetas". As condições para a renegociação são as gerais, estipuladas pelo Clube de Paris para a Polônia: prazo de 12 anos, com quatro de carência e juros negociáveis.

## **Investimentos externos**

O secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, Paulo Tarso Flexa de Lima, disse ontem, no Rio, que a execução do Programa de Estabilização Econômica está beneficiando a retomada de investimentos externos para o Brasil. Na sua opinião, não se trata de uma simples questão de receptividade a um novo programa de governo, mas porque este representa "uma forma heterodoxa de enfrentar com êxito os problemas crônicos do subdesenvolvimento".

A agência de notícias Ansa divulgou ontem que o ministro da Fazenda Dílson Funaro anunciou medidas que serão adotadas para diminuir o peso da dívida externa sobre a economia brasileira. De acordo com a agência, serão transformados em capital de risco até 40% de 105.000 milhões de dólares, através de um fundo internacional destinado a atrair capital externo.